

## **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº      , DE 2004**

(Do Sr. CELSO RUSSOMANNO)

Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família fiscalize o Governo Federal, em especial o Ministério da Fazenda, no que diz respeito aos procedimentos de repasse, para o Ministério da Previdência e Assistência Social, dos recursos arrecadados a título de COFINS, CSL e PIS.

Senhora Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 60, inciso II, e 61 do Regimento Interno, proponho a V.EX<sup>a</sup> que, ouvido o Plenário dessa comissão, sejam adotadas as providências necessárias para realizar ato de fiscalização e controle quanto ao repasse integral dos valores arrecadados pelo Ministério da Fazenda para o Ministério da Previdência e Assistência Social a título de COFINS, CSL e PIS, nos últimos 05 (cinco) anos, bem como assegurar que os repasses futuros sejam feitos de forma integral.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Na conformidade do quanto prescrito no Art. 195, inciso I, alínea b, da Constituição Federal de 1988, alterado pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, combinado com o que se acha estabelecido no Art. 11, inciso II, parágrafo único, letra d, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, é sabido que a COFINS, CSL e PIS são verdadeiramente contribuições sociais para financiamento da Seguridade Social, hoje arrecadadas pelo Ministério da Fazenda com a obrigatoriedade de repassá-las integralmente ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Saliente-se que a COFINS foi instituída para atender “*exclusivamente às despesas com atividades-fins das áreas de saúde,*

*previdência e assistência social”, na conformidade do quanto estabelecido no Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991*

Acontece que se tem notícias de que o citado Ministério da Fazenda não vem repassando integralmente para o Ministério da Previdência e Assistência Social os valores arrecadados a título das Contribuições Sociais supra mencionadas, causando, assim, incalculável prejuízo ao cidadão, a quem não é oferecido um digno serviço de saúde pública, previdência e assistência social.

Assim existe grandes possibilidades de desvio de finalidade no uso dos recursos, constituindo-se crime de responsabilidade de parte do Governo Federal.

Para se preservar e garantir serviço de saúde, previdência e assistência social de acordo com o que é merecedor e de direito do cidadão brasileiro, torna-se indispensável que esta comissão aprove esta proposta e adote as providências legais e necessárias à fiscalização no afã de que seja assegurado o repasse integral da contribuições sociais acima alinhadas para o Ministério da Previdência e Assistência Social, não apenas dos últimos 05 (cinco) anos, mas, também, daqui por diante.

Sala das Sessões, em        de        de        2004.

***Deputado CELSO RUSSOMANNO***  
***PP/SP***